

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social		CNPJ 03.252.312/0001-80
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos Souza nº 107, Ed. Green Tower		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição convenios@setades.es.gov.br		Sítio eletrônico https://setades.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3636-6810	Telefone 2 (27) 3636-6807	Telefone 3 (27) 3636-6806

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais		CNPJ 16.524.054/0007-81
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua: Godero, 53 – São Conrado		
Bairro São Conrado	Cidade Cariacica	CEP 29.141-179
E-mail da Instituição adra.es@adra.org.br		Sítio eletrônico de divulgação da parceria adra.es. @adra.org.br
Local físico de divulgação da parceria Rua Godero,53. São Conrado - Cariacica		
Telefone 1 (27) 3246-9100	Telefone 2 (27) 3246-9101	Telefone 3 (27)98108-0036

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPOSTA

Nome Clairton de Oliveira		CPF: [REDACTED]	
Nº RG [REDACTED]	Órgão Expedidor [REDACTED]	Cargo na OSC [REDACTED]	Mandato vigente até [REDACTED]
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) [REDACTED]			
Bairro [REDACTED]	Cidade [REDACTED]	CEP [REDACTED]	
Telefone 1 [REDACTED]	Telefone 2 [REDACTED]	Telefone 3 [REDACTED]	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome Marta Cristina de Oliveira Schultz		
Área de Formação [REDACTED]	Nº do Registro no Conselho Profissional	
Bairro [REDACTED]	Cidade [REDACTED]	CEP [REDACTED]
E-mail do Técnico [REDACTED]		
Telefone do Técnico 1 [REDACTED]	Telefone do Técnico 2 [REDACTED]	

5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

5.1 Breve histórico e finalidade da OSC:

A ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais é uma instituição não governamental internacional de caráter humanitário, membro da Organização das Nações Unidas (ONU) com "Categoria Consultiva 1". Criada nos Estados Unidos em 1956, pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, a ADRA trabalha em parceria com comunidades, organizações e governos para melhorar a qualidade de vida de milhares de pessoas dos mais de 118 países nos quais está presente. Atua nas áreas de Assistência Social, segurança alimentar, desenvolvimento econômico, saúde primária, preparação e resposta à desastres e educação básica, sem discriminação de etnia e associação política ou religiosa. A ADRA atua no Brasil, priorizando trabalhos destinados às pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social, apostando na construção de conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades que permaneçam nas comunidades e alavanquem o desenvolvimento local a médio e longo prazo, principalmente nos planos educacionais e econômicos. Atua no Brasil em parceria com o poder público nas esferas federal, estadual e municipal através de termos de parcerias, colaboração e com parcerias com empresas e outros órgãos no atendimento, acolhimento e manutenção dos direitos sociais contemplados em lei. A ADRA Espírito Santo está inscrita nos Conselhos Municipais de Assistência Social nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra. Nos Conselhos Municipais da Criança e Adolescente de Vitória, Cariacica, Vila Velha e Viana e no Conselho Municipal do Idoso de Viana. No âmbito nacional a instituição também faz parte do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS e tem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. Também possui título de Utilidade Pública no município de Cariacica e no estado do Espírito Santo. Essas certificações comprovam que a instituição está alinhada às diretrizes das políticas públicas. Especificamente para este Plano de Trabalho o foco e a aplicabilidade se darão em nossas parcerias com o Município de Vila Velha e Serra, sendo em Vila Velha para manutenção de 04(Quatro) Serviços de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes e na Serra para 3(Três) Serviços de acolhimento Institucional para Pessoas Adultas em situação de rua de ambos os sexos, por meio de aquisição de material permanente e 01 veículo utilitário.

5.2 Principais ações na área da assistência social;

De acordo com as diretrizes nacionais da Política Nacional de Assistência Social – PNAS os serviços se classificam em níveis de proteção social divididos em serviços de Proteção Social Básica e Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Esses níveis de proteção, segundo a PNAS, constituem uma estrutura de atendimento que parte da prevenção a situações de risco e vulnerabilidade social na Proteção Social Básica e o atendimento a vítimas de violência, pessoas com violações de direitos e pessoas e indivíduos em situação de risco pessoal e ou social. Para o atendimento destas situações em que a vulnerabilidade ou o risco já estão estabelecidos, ou ainda situações em que tenha ocorrido qualquer violação de direito o Sistema Único de Assistência Social - SUAS prevê a execução de programas e serviços que devem ser ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e os Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS. Nossas ações na área de assistência no Estado do Espírito Santo, se concentram em parcerias regidas por meio dos termos de colaboração entre os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Estas ações estão divididas nos níveis de proteção Básica e especial de Média e Alta conforme destacado abaixo:

Serra

- Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos
- Albergue Noturno
- SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social;
- Centro Pop – Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua;
- PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos;
- PROJETO GOL DE ESPERANÇA – Atividades esportivas para crianças e adolescentes em parceria com a SESPORT;
- PROJETO BOLA DA VEZ – Atividades esportivas para crianças e adolescentes em parceria com o MDS-Ministério dos Esportes;

Cariacica

- SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos;
- Centro Pop – Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua;
- 3 Serviços de Acolhimento Institucional (Crianças e adolescentes);
- 2 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
- MSE – Serviço de Medida Sócioeducativa.
- PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos;
- SEAD – Serviço de Atendimento Domiciliar.

Viana

- Serviço de Acolhimento Institucional (Criança e adolescente);
- Serviço de Acolhimento ILPI-Instituição Longa Permanência Idosos;
- SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

Vila Velha

- 3 Serviços de Acolhimento Institucional (Crianças e adolescentes);
- CEC – Composição de equipe Complementar nos Serviços:
- Casa Lar Feminina - Abrigo João Calvino
- Abrigo Bom Samaritano
- Centro Pop – Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua
- Acolhimento adolescentes do sexo feminino, modalidade casa lar.

Vitória

- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos;
- Albergue Noturno;
- 3 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
- 3 Serviços de Acolhimento Institucional (Criança e adolescente);
- Residência Terapêutica (Sistema Único de Saúde - SUS);
- 12 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Colatina

- PROJETO BOLA DA VEZ – Atividades esportivas para crianças e adolescentes através de parceria com o MDS-Ministério dos esportes;

Para além dos termos de colaboração estabelecidos com os municípios, estado e governo federal, a ADRA desenvolve atividades em parcerias privadas:

Projetos Próprios da ADRA

Desenvolvido pela ADRA Brasil, regional do Espírito Santo, – o projeto **"Alguém Ajudando Alguém"** possui o objetivo de ajudar famílias que estejam passando por momentos de grande vulnerabilidade social, econômica e de saúde em todo o estado. O principal objetivo deste programa é estimular as doações de produtos e serviços destinados às famílias em situação de pobreza, tendo a finalidade de contribuir com a melhoria de sua qualidade de vida.

Outras Parcerias da ADRA:

- SENAC Cursos Capacitações.
- Mesa Brasil - Ações Comunitárias da ADRA.
- Doação de Sangue - Funcionários da ADRA são convocados a doarem sangue diante a crise no estoque da Hemoclínica de Vitória, para atender a uma convocação especial: doar sangue e salvar vidas.
- Bazar Elo do Bem.
- Entre outras Ações.

5.3 Perfil do público beneficiário da entidade (como: faixa etária, renda, escolaridade, condição de moradia):

O público beneficiado em nossos serviços abrange famílias ou indivíduos na proteção básica em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social.

Na proteção Especial média são acompanhadas famílias onde um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos e na alta complexidade o acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. Todos os serviços são ofertados independente de idade, escolaridade ou condição de moradia.

5.4 Capacidade de atendimento:

Cada serviço ofertado possui uma capacidade de atendimento, estabelecido em cada termo de colaboração, conforme demonstra nossa tabela abaixo:

Município	Quant.	Serviço ofertado	Capacidade de atendimento por serviço
Vila Velha	4	Serviço de Acolhimento Institucional (criança e adolescente);	60/acolhimentos
Serra	3	Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos em Situação de Rua)	90/acolhimentos

5.5 Metodologia de trabalho (como são realizados os projetos/atividades):

Nossa metodologia de trabalho se dá pela Resolução CNAS nº 109 de 11/11/09 e outras normativas da área socioassistencial que orienta sobre a tipificação da política de assistência social, onde se estabelece a organização dos serviços por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, seus centros de referências e os serviços ofertados nestes centros.

Neste plano de trabalho o foco de atuação se dá especificamente na proteção especial de alta complexidade dos Serviços de Acolhimento Institucional que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento.

No município da Serra a ADRA possui termo de colaboração estabelecido para execução em parceria dos acolhimentos Institucionais para pessoas adultas em situação de vulnerabilidade social ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente

impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, possuindo atualmente 3 casas de acolhimento, sendo que uma delas efetua o abrigamento apenas no período noturno.

No Serviço de Acolhimento Institucional para adultos é ofertado atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem.

É valido destacar, que durante a execução da Cogestão ADRA/Prefeitura Municipal da Serra, os princípios fundamentais na dinâmica diária dos Serviços de Acolhimento Institucionais de humanidade, dignidade, direitos universais e estabelecidos em LEI são preservados, divulgados, para que os acolhidos se sintam de fato acolhidos, amparados e com direitos preservados.

Através da Cogestão para execução dos Serviços de Acolhimento Institucionais, garantiremos o atendimento adequado às pessoas acolhidas. Para tanto, será realizada a elaboração de um projeto político pedagógico (PPP) que contemplará os seguintes aspectos:

- Infraestrutura física que garanta espaços privados e adequados ao desenvolvimento;
- Ambiente e cuidados facilitadores do desenvolvimento;
- Atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da pessoa e durante o processo de adaptação e permanência;
- Relação afetiva e individualizada com funcionários;
- Definição do papel e valorização dos funcionários;
- Organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada acolhido(a) (Prontuário, Plano individual de atendimento (PIA), fotos, Evolução de saúde e pedagógica etc.);
- Preservação e fortalecimento da Convivência Comunitária;

Desligamento gradativo. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (2003) – Lei nº 11.258, 30/12/05, que altera o parágrafo único do art. 23 das LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua.” Desta forma, estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial.

Diante do contexto coube ao poder público dar respostas a sociedade, implementando equipamentos que promovam a proteção social, tal como, está configurado na PNAS, tendo como visão os riscos, as vulnerabilidades sociais, as diferenças, as relações familiares como determinante para proteção e autonomia, bem como as possibilidades e capacidades que esta população carrega consigo.

Quanto a População em Situação de Rua há 04 setores entre outros que precisam trabalhar de forma conjunta para o enfrentamento das maiores dificuldades da população de Rua. Trata-se da Saúde, Educação, Trabalho e Habitação. Uma das maiores dificuldades da população de rua refere-se à necessidade de garantia da atenção integral à saúde das pessoas, mesmo sem familiares ou responsáveis e adequação das ações e serviços existentes, inclusive unidades móveis, assegurando a equidade e o acesso universal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Acreditamos na possibilidade de garantir atendimento de saúde, social, psicológico e de enfermagem viabilizando assim, através do trabalho da Assistência, saúde, trabalho, educação e habitação o encaminhamento ao mercado de trabalho, à família, e a comunidade. O trabalho intersetorial através da proposta da Política Nacional para Inclusão da População de Rua daria vazão à clientela específica para cada setor abrindo um leque de possibilidades para aqueles que se enquadram no perfil apontado pela Política com potencial para autonomia e inclusão social.

No município de Vila Velha, Conforme a publicação “As orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” o SAI deve estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecer ambiente acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças atendidas.

Ainda orienta que o atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Não deverá ter instalação de placas indicativas da natureza institucional do equipamento.

O atendimento às crianças deve ser acompanhado pelas autoridades competentes, que são principalmente o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, além do Ministério Público, e se deve ter atenção especial para a garantia de todos os direitos que lhes são assegurados na legislação brasileira (CF e ECA), inclusive aquele referente à convivência familiar e comunitária (Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária).

A situação de vulnerabilidade em que se encontram muitas crianças, adolescentes e adultos em situação de rua é resultante da exclusão social que tem sido a marca histórica e permanente do desenvolvimento econômico, político e social em nosso país.

O ECA, a LOAS e a PNAS estabelecem que é responsabilidade das três esferas de governo Co financiar as políticas para infância e adolescência. O SUAS ao estabelecer as responsabilidades dos entes federados, também coloca os serviços de Proteção Social Especial de Alta complexidade como serviços que devem ser financiados pelas três esferas de governo. Assim o município, o estado e a união são igualmente responsáveis pela manutenção desses serviços.

6. SÍNTESI DA PROPOSTA

6.1 Objeto

Cooperação Técnica e Financeira para continuidade da oferta do serviço de acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes no município de Vila Velha e Pessoas Adultas em situação de rua no município da Serra, administrados pela ADRA, por meio de despesas de investimento.

6.2. Objetivo geral

Melhorar de maneira contínua a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional crianças e adolescentes e para pessoas em situação de rua através da aquisição de materiais permanentes e veículo.

6.3. Objetivos específicos

- I. Aquisição de um veículo para atender as demandas administrativas e técnicas dos 4 (quatro) acolhimentos de Vila Velha;
- II. II. Oferecer mais agilidade nas buscas de documentações nos órgãos e equipamentos, a fim de otimizar os serviços;
- III. III. Implementar maior celeridade e poder de resposta às demandas pelos serviços de assistência e público-alvo;
- IV. IV. Ofertar aos usuários mais conforto e proporcionar uma qualidade melhor no atendimento;

6.4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO DA PROPOSTA

Neste plano de trabalho serão beneficiados dois públicos:

- 60 Crianças e adolescentes com vínculos rompidos e fragilizados do município de Vila Velha acolhidos nas Casas de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.
- 90 usuários de ambos os sexos, com vínculos rompidos e fragilizados do município da Serra acolhidos nas Casas de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas em Situação de Rua e Abrigo Noturno.

6.5. JUSTIFICATIVA

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por sua vez também se originou na CF e foi organizado através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993. Conforme resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109 de 11/11/09 típica os serviços socioassistenciais disponíveis organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social de Alta e Média Complexidade.

As ações foram divididas em dois níveis de proteção. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

A segunda é a Proteção Social Especial, destinada às famílias e indivíduos que já estão em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono,

maustratos, violência sexual, entre outras violações, e é subdividida em Média e Alta Complexidade, os Serviços de Acolhimento Institucionais (SAI') estão contidos nesta última.

Com o ECA as crianças passaram a ser consideradas como sujeitos de direito, em peculiar situação de desenvolvimento. A partir de então o encaminhamento ao Serviço de Acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório, voltado ao superior interesse da criança e do adolescente e aplicada nas situações previstas no Art. 98.

No Artigo 92 do ECA observamos os princípios para a organização dos Serviços de Acolhimento são:

Registro inicial:

É também o espaço para envolver os pais ou responsáveis em gestos concretos de cuidado com os filhos – cuidados com higiene da criança, alimentação, limpeza da casa, atividades escolares, conversa com professores da escola e outras coisas – tornando-se um momento educativo para eles.

Apoio psicológico:

No contato com os pais ou responsáveis, nas visitas domiciliares ou nas visitas à instituição, devem ser identificados problemas relativos a comportamentos ou posicionamentos inadequados ao ambiente e aos relacionamentos – agressividade, passividade, distúrbios psicoemocionais dos pais os encaminhando de maneira adequada a um acompanhamento profissional adequado (Psicossocial (CREAS/CRAS), Clínico (Unidade de Saúde), Tratamento para dependência química etc.).

Encontros, passeios e festas:

Oferece aos familiares a possibilidade de convivência entre eles, com os próprios filhos, com as outras crianças do serviço e com a equipe técnica que os acompanha;

Instrumentos:

Todas as atividades de acompanhamento familiar são registradas em instrumentos próprios para coleta de dados específicos da atividade e para descrição do processo de transformação feito pela família;

Os problemas identificados são organizados, em ficha própria, de acordo com os elementos do patrimônio, ou seja, moradia, educação, trabalho, saúde, relacionamentos familiares e relacionamentos sociais;

Para cada um deles são registrados também os recursos para seu enfrentamento e os passos feitos pela família e equipe técnica que o acompanha;

Avaliação do percurso:

No Percurso Educativo são sempre retomados e são realizadas reuniões específicas de toda a equipe técnica envolvida no acompanhamento da criança;

Deve ser realizada sistematicamente: quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com a gravidade da situação devem ser compartilhadas todas as informações coletadas pelos vários técnicos durante as várias atividades, avaliando conjuntamente todos os aspectos citados anteriormente, se a família está cumprindo os passos dos encaminhamentos, os pontos de dificuldade, impedimento ou de facilitação para o percurso;

A sistematização das ações configura-se como fator fundamental de reflexão sobre a prática profissional e de encaminhamentos necessários, conforme os resultados observados. O processo de avaliação deve ser contínuo, visto que o próprio atendimento nos afirma o planejamento ou aponta para necessidade de mudança.

Escuta qualificada.

Qualificar o atendimento prestado aos acolhidos, oferecendo-lhes um espaço onde sejam protagonistas e tenham sua história de vida ressignificada, através de propostas e ações que visem à superação das situações que levaram ao acolhimento institucional.

Em relação ao Serviço de Acolhimento Institucional para pessoal Adulta em situação de rua a ADRA possui termo de colaboração estabelecido com o município da Serra para execução em parceria de 03 acolhimentos para atender 90 pessoas O Brasil é o quinto maior país do mundo, em termos de população, sendo sua população total estimada em torno de 212,6 milhões habitantes (Projeção IBGE, 2024).

O Brasil é a principal potência econômica e política da América do Sul. Entretanto, milhões de brasileiros vivem à margem dos benefícios derivados da força econômica e política do país. Porém, mesmo sendo um país de renda média com consideráveis recursos naturais, humanos e tecnológicos, e de ter progredido nos últimos cinquenta anos, sua população marginalizada não estão colhendo os benefícios desse progresso. Indicadores agregados mascaram uma série de iniquidades baseadas em fatores como situação econômica, região, etnia, gênero e linhas divisórias entre áreas urbanas e rurais.

O aparato público para proteção social cresceu em todo o Brasil entre 2009 e 2013, aponta a pesquisa Municipal (Perfil dos Municípios Brasileiros – IBGE, 2014). Embora o auxílio à população carente tenha crescido, os moradores em situação de rua ainda recebem pouco acolhimento.

Estima-se que o Brasil possua um contingente de 327.925 pessoas em situação de rua em 2025 de acordo com a agencia Brasil(agenciabrasil.ebc.com.br). Segundo levantamento recente divulgado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da UFMG de 2023 para 2025 houve um aumento de cerca de 25% dessa população.

De acordo com pesquisa do IBGE, que contabilizou a evolução de diferentes centros de assistência nos 5.561 municípios brasileiros, foram criados nesses quatro anos 175 Centros de Referências Especializados para População em Situação de Rua, distribuídos em 154 municípios, 2,8% do total. Enquanto isso, outros centros de assistência apresentaram evolução bem maior.

Segundo a pesquisa, no mesmo período analisado, a quantidade de Centro de Referência Especializado de Assistência Social aumentou 79,9% entre 2009 e 2013; de 1.239 centros em 1.116 municípios para 2.229 centros em 2.032 cidades.

Para o IBGE, a existência de poucos Centros de Referências Especializados para População em Situação de Rua se deve “ao pouco tempo transcorrido desde que se iniciou a implantação dessa unidade, bem como com o fato de ela ter sido pensada especialmente para cidades de grande porte e metrópoles, considerando que uma das características mais marcantes da população em situação de rua é a sua prevalência nos grandes centros urbanos.”

A criação desses serviços obedece ao decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. “Portanto, 2013 é o primeiro ano em que dados acerca dessas unidades foram coletados.”

O município de Serra infelizmente também possui esta triste realidade. De acordo com o jornal *Tempo Novo*, no município existem cerca de 942 moradores em situação de rua conforme informa a Secretaria de Assistência Social do Município de acordo com o diagnóstico socioterritorial da Serra, elaborado semestralmente pelo Serviço de Abordagem Social (SEAS).

Devemos considerar a priori o quanto é desafiante e complexo pensar no trabalho com a pessoa em situação de rua na perspectiva da inclusão, numa sociedade excludente. Uma visão reduzida do que se constitui esse grupo nos mais diversos “pré-conceitos”, tende a distanciá-los ainda mais do não reconhecimento de si próprios como sujeito de direitos.

FUNDAMENTAÇÃO

Devido as várias demandas da proteção especial de alta complexidade de Vila Velha e Serra onde administramos 4 (quatro) e 3 (Três) serviços de acolhimento institucional (respectivamente) em parceria mediante termo de colaboração firmado com os Municípios. Identificamos a necessidade da compra de um veículo que será de grande importância, para apoio as diversas demandas dos serviços de Vila Velha; pois hoje esses equipamentos socioassistenciais só dispõem de 2 veículos ônix para atender as demandas, levar na escola, saúde e outras atividades.

Esse veículo utilitário, de dois lugares ajudará nas demandas administrativas de visitas e apoio ao serviço e transporte de equipamentos para conserto quando necessário (máquinas de lavar, geladeiras, freezers, fogão, sofás, camas etc.), bem como demandas administrativas por parte da coordenação, captação e distribuição do Mesa Brasil e outras doações.

Os itens adquiridos para os serviços da Serra (1 fogão Industrial 4 B com forno em inox, e Smart TV 55”, 10 Cadeiras giratórias tipo secretária, 3 freezers verticais 231 L e 1 Máquina de Lavar Roupas 15 Kg, trarão melhorias dos serviços aos usuários, haja vista o alto uso dos mesmos e nem sempre consegue-se repor ou comprar um novo com recursos do município. Além disso existe o desgaste natural e normal pelo próprio uso e muitas vezes não compensa arrumar, haja visto a relação custo-benefício do bem.

6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Equipe das quatro casas de Acolhimento de Crianças e adolescentes –

Feminina):

FUNÇÃO/CARGO	FORMAÇÃO	C. HORÁRIA SEMANAL	Qtd. Func.
Coordenador (a) local	Ensino Superior	40	4
Coordenador Gerencial	Ensino Superior	40	1
Técnico Operacional	Ensino Superior	40	2
Assistente Social	Ensino Superior	30	4
Psicólogo (a)	Ensino Superior	40	4
Cuidador (a)	Ensino Médio	12x36	38
Cozinheira	Ensino Fundamental	12x36	8
Serviços gerais	Ensino Fundamental	12x36	7
Motorista	Ensino Médio	12x36	1
Tecnico Administrativo	Ensino Médio	40	2

OBS: A equipe apresentada no projeto poderá sofrer alterações no decorrer da execução.

Equipe do Acolhimento Institucional Adulto, Abrigo Noturno – Serra

FUNÇÃO/CARGO	FORMAÇÃO	C. HORÁRIA SEMANAL	Qtd. Func.
Coordenador (a) local	Ensino Superior	40	3
Coordenador Gerencial	Ensino Superior	40	1
Assistente Administrativo	Ensino Médio	40	1
Técnico Operacional	Ensino Superior	40	1
Assistente Social	Ensino Superior	30	3
Psicólogo (a)	Ensino Superior	40	3
Cuidador (a)	Ensino Médio	12x36	24
Cozinheira	Ensino Fundamental	12x36	4
Serviços gerais	Ensino Fundamental	12x36	6
Educador	Ensino Médio	40	1

OBS: A equipe apresentada no projeto poderá sofrer alterações no decorrer da execução.

6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

Para tanto a avaliação estará presente em todo o processo, pois quando se inicia a ação planejada, também dá-se início a avaliação, independentemente de sua formalização em documentos. Portanto, a avaliação não é o momento final, mas o momento em que o processo ascende a outro patamar, reconstruindo dinamicamente seu objeto, objetivos e procedimentos.

Portanto, a avaliação não pode ser entendida enquanto mero instrumento comparativo entre objetivos propostos e objetivos alcançados, mas como um processo avaliativo, capaz de contextualizar a atividade desde o seu processo de formulação e implementação, e capaz de oferecer elementos de aperfeiçoamento sistemático.

“O monitoramento, embora se relacione com a avaliação, é uma atividade gerencial que visa o controle de entrega de insumos de acordo com as metas e manutenção de calendário de trabalho. Nesse sentido, o monitoramento, seguimento ou acompanhamento, é um exame contínuo efetuado, em todos os níveis hierárquicos, pela administração do programa, para verificar como estão sendo executadas as atividades. Visa o desenvolvimento dos trabalhos conforme planejado, caracterizando-se, portanto, como uma atividade interna realizada durante a execução do Programa. Pode-se ainda dizer que a preocupação central do monitoramento é com o funcionamento do programa, sendo seus objetivos: auxiliar na execução do programa; melhorar a função gerencial; assegurar eficiência e produtividade de um programa; organizar fluxos de informações sobre o programa e auxiliar o processo de avaliação, constituindo fonte de informação para o pessoal do planejamento e da execução, bem como da avaliação.” (SILVA, 2001, P. 79).

Ao final da execução será fornecido formulário específico às equipes técnicas dos equipamentos beneficiados e servidores que diretamente usarão os devidos itens adquiridos pela aplicação dos recursos das respectivas emendas para coleta e tabulação dos resultados avaliativos da efetividade e benefícios alcançados durante o período de execução.

6.8. Sustentabilidade da proposta

A ADRA está consolidada no município de Cariacica, com sede própria, é reconhecida pelo poder Público e pela Sociedade Civil e sua execução estará garantida pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira.

Especificamente no Espírito Santo temos experiência em atividades sociais e estamos comprometidos em elaborar ações que impactam positivamente nos serviços ofertados.

Os projetos contemplados com recursos nesse PT já são executados nos municípios de Vila Velha a alguns anos e vem se renovando ano a ano bem como nos de Serra, justificando assim a perpetuidade da execução, consequentemente beneficiando os usuários dos respectivos serviços.

6.9. Período de execução do objeto

Programar início da execução após quatro meses da apresentação da proposta.

Início: 11/2025	Término: 10/2026
-----------------	------------------

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1: Continuidade da Oferta das atividades e ações dos serviços de acolhimento institucional para Criança, Adolescente e Pessoa Adulta em situação de Rua do Município de Serra e Vila Velha.	Valor (R\$): 0,00		
Indicador(es):			
<ul style="list-style-type: none"> ○ Nº de usuários atendidos nos Serviços de Atendimento; ○ Atividades e ações ofertadas aos usuários; ○ Grau de satisfação dos servidores que executam a política assistencial; ○ Acesso a rede Socioassistencial e demais políticas públicas; 			
Metodologia de execução:			
<p>O serviço será prestado diariamente, por equipe multifuncional, composta por técnicos administrativos e apoio.</p> <p>✓ Acolhimento dos usuários;</p> <p>✓ Planejamento e organização das atividades e ações;</p> <p>✓ Oferta diária dos serviços, proporcionando bem-estar aos acolhidos;</p> <p>✓ Direcionamento dos usuários para atendimentos, ações a atividades;</p> <p>✓ Elaboração de relatório de execução das atividades, constando registro fotográfico, com a finalidade de apresentação na prestação de contas parcial e final junto a Setades.</p>			
Etapas/atividades	Valor R\$ 0,00	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Planejamento e organização da oferta do Serviço de acolhimento;		Novembro/25	Outubro/26
1.2. Oferta contínua dos atendimentos, atividades e ações dos Serviços de Acolhimento;		Novembro/25	Outubro/26
1.3. Pesquisa de Satisfação dos Usuários;		Novembro/25	Outubro/26
1.4. Elaboração de relatório de Execução das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional.		Novembro/25	Outubro/26

Meta 2: Aquisição de equipamentos permanentes para a continuidade da Oferta das atividades e ações dos serviços de acolhimento institucional para População Adulta em Vulnerabilidade Social no município da Serra-ES.	Valor (R\$): 44.686,67			
Indicador(es):				
<ul style="list-style-type: none"> o Nº de usuários atendidos nos Serviços de Atendimento; o Atividades e ações ofertadas aos usuários; o Grau de satisfação dos servidores que executam a política assistencial; o Acesso a rede Socioassistencial e demais políticas públicas; 				
Metodologia de execução:				
<p>O serviço será prestado diariamente, por equipe multifuncional, composta por técnicos administrativos e apoio.</p> <p>✓ Acolhimento dos usuários;</p> <p>✓ Planejamento e organização das atividades e ações;</p> <p>✓ Oferta diária dos serviços, proporcionando bem-estar aos acolhidos;</p> <p>✓ Direcionamento dos usuários para atendimentos, ações a atividades;</p> <p>✓ Elaboração de relatório de execução das atividades, constando registro fotográfico, com a finalidade de apresentação na prestação de contas parcial e final junto a Setades.</p>				
Etapas/atividades		Valor R\$ 44,686, 67	Período de Execução	
			Início	Término
2.1 Planejamento e organização da oferta do Serviço de acolhimento.			Novembro/25	Outubro/26
2.2 Oferta contínua dos atendimentos, atividades e ações dos Serviços de Acolhimento.			Novembro/25	Outubro/26
2.3 Pesquisa de Satisfação dos Usuários.			Novembro/25	Outubro/26
2.4. Elaboração de relatório de Execução das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional.			Novembro/25	Outubro/26

Meta 3: Aquisição de veículo para Continuidade da Oferta das atividades e ações dos serviços de acolhimento institucional para Crianças e adolescentes no município de Vila Velha.	Valor (R\$): 105.480,93		
Indicador(es):			
<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a rede Socioassistencial e demais políticas públicas; • Grau de satisfação dos usuários com os itens adquiridos. • Número de usuários atendidos nos Serviços de atendimento; 			
Metodologia de execução:			
<ul style="list-style-type: none"> • Será realizada pesquisa de preços com os fornecedores, somente se os valores estiverem acima da média cotada anteriormente; • Será feita pesquisa de satisfação com os usuários conforme descrição no tópico 6.7. <p>Será elaborado relatório anual sobre a execução das metas para apresentação no período de monitoramento, e na prestação de contas parcial e final da parceria, por solicitação da SETADES: com registro de dados e fotográfico dos itens adquiridos .</p>			
Etapas/atividades	Valor R\$ 105.480,93	Período de Execução	
		Início	Término
3.1. Após liberação do recurso será feito a aquisição do veículo.		Novembro/25	Outubro/26
3.2. Oferta contínua dos atendimentos, atividades e ações dos Serviços de Acolhimento.		Novembro/25	Outubro/26
3.3. Elaboração de relatório de Execução das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional.		Novembro/25	Outubro/26

8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ADM PÚBLICA	OSC	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo			
	Serviços de terceiros – pessoa física			
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica			
	Equipe encarregada pela execução			
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes	R\$ 150.000,00	R\$ 167,60	R\$ 150.167,60
TOTAL		R\$ 150.000,00	R\$ 167,60	R\$ 150.167,60

8.1. Detalhamento das despesas

8.1.1. Material de consumo (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				-

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				-

8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				-

8.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				-

8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quan t.	Valor Unitário	Valor Total
Veículo utilitário, dois lugares, caçamba livre, completa, com ar, direção, vidros e travas elétricas.	un	1	R\$ 105.480,93	R\$105.480,93
Fogão Industrial, 4 bocas, com forno em inox - Metalmaq.	un	1	R\$ 5.315,96	R\$ 5.315,96
TV Smart 55" Wi Fi e Bluetooth	un	3	R\$ 3.978,97	R\$ 11.936,91
Cadeiras giratórias tipo secretária, ergonomicas e ajustaveis.	un	10	R\$ 1.495,00	R\$ 14.950,00
Freezer vertical 231LTS, 110 Volts.	un	3	R\$ 3.421,50	R\$ 10.264,50
Máquina de Lavar 15 Kg	un	1	R\$ 2.219,30	R\$ 2.219,30
Subtotal				R\$ 150.167,60
TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)				R\$150.167,60

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026
R\$ 150.000,00					
MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	SET/2026	OUT/2026

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026
R\$ 167,60					
MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	SET/2026	OUT/2026

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;

A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;

Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respetivo bem;

Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;

Quando for exigida contrapartida em bens ou serviços ou a OSC proponha a utilização de recursos financeiros próprios, a OSC deverá garantir que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Em **Cariacica, 25 de setembro de 2025**.

Assinatura do Representante Legal

11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Aprova-se o Plano de Trabalho, o qual deve ser anexado ao Termo de Fomento [ou Termo de Colaboração ou Acordo de Cooperação] assinado.

Vitória-ES, [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do Representante Legal

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 17/11/2025 13:11:07 -03:00

CLAIRTON DE OLIVEIRA
CIDADÃO
assinado em 17/11/2025 11:22:44 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 17/11/2025 13:11:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-T2BNQR>